

MANUAL
DE PRÁTICA
TRABALHISTA

LEIA E ASSISTA ÀS VIDEOAULAS
NO SEU CELULAR



1º PASSO

Baixe nosso APP leitor de códigos
na Google Play ou AppStore: **QR BOOK**



2º PASSO

Encontre dentro do livro, os
códigos QR dentro das
disciplinas e temas abordados.



3º PASSO

Abra o APP QR BOOK e clique
em "LER O CÓDIGO"

4º PASSO

Aguarde o leitor fazer o SCAN,
na sequência se abrirá uma
videoaula específica.



5º PASSO

Pronto, aproveite a qualidade das nossas videoaulas,
com os melhores professores.



MANUAL DE PRÁTICA TRABALHISTA

TEORIA E PRÁTICA

Cynthia Machado de Oliveira

Eugênio Hainzenreder Júnior

Gimena Sichonany Samuel

Maurício de Carvalho Góes

8º EDIÇÃO

REVISADA E ATUALIZADA



M294

Manual da prática trabalhista : teoria e prática /
Cynthia Machado de Oliveira ... et al. — 8.ed. rev. e
ampliada. — Porto Alegre : Verbo Jurídico, 2018.
320 p. ; 23cm.

ISBN: 978-85-7699-560-9

1. Direito do Trabalho - Brasil. 2. Petição (Direito do
Trabalho). 3. Defesa Trabalhista. 4. Embargo (Direito do
Trabalho). 5. Recursos (Direito do Trabalho). 6. Agravos
(Direito do Trabalho). I. Oliveira, Cynthia Machado de.
I. Título.

CDD: 341.6

Bibliotecário Responsável

Ginamara de Oliveira Lima - CRB 10/1204

Editoração: Marcell Marchioro

Projeto de Capa: Izabelli Oliveira



Porto Alegre, RS

Av. Ipiranga, 2899

(51) 3076-8686

São Paulo, SP

Av. Paulista, 1.159 - conj. 411

Fone: (11) 3266-2724

Curitiba, PR

Rua Cândido de Abreu, 526 - Sala 611 B

Fone: (41) 3023.3063

Brasília, DF

Sig. Qd. 06 Lt. 2380/2390 Ed. Office 300 - Sl. 116

Fone: (61) 3208.6262

verbojuridico@verbojuridico.com.br

www.verbojuridico.com.br

Apresentação

Esta obra tem a pretensão de servir de instrumento a ser utilizado não apenas pelos candidatos ao Exame de Ordem e demais concursos, mas também pelos exploradores do Direito do Trabalho ou até mesmo pelos advogados que militam em outras áreas do Direito, que pretendam atuar na seara do processo judiciário laboral. O livro apresenta não apenas modelos e peças processuais, mas também conteúdo teórico, com comentários dos respectivos autores ao tratarem dos aspectos de direito material e processual que envolvem cada peça.

A publicação dessa obra visa sanar as dúvidas e necessidades que os autores perceberam junto aos acadêmicos, concursandos e demais profissionais do Direito, por meio de suas experiências em salas de aula.

Colaboração

Deise Mari Araújo da Silva

Coordenação editorial

Bruna Souza Silveira

SUMÁRIO

Título I PETIÇÃO INICIAL

Capítulo I PETIÇÃO INICIAL EM DISSÍDIO INDIVIDUAL

Fundamento legal.....	15
Cabimento	16
Espécies de ritos do processo do trabalho	16
Rito sumário	16
Rito sumaríssimo	16
Rito ordinário.....	17
A petição inicial em cada um dos ritos trabalhistas	17
Requisitos	18
Prazo – Prescrição e decadência	20
Denominação dos sujeitos.....	22
Competência para julgamento	22
Recurso cabível.....	23
Fatos	23
Fundamentos jurídicos	24
Pedido x Requerimentos	24
Pedido.....	24
Requerimentos	24
Orientações para descobrir a peça	25
Orientações sobre as alterações ocorridas com a “Reforma Trabalhista”	25
Orientações para a confecção da peça.....	27
Orientações sobre a linguagem e estruturação da peça profissional	29
Orientações especiais para redação da petição inicial em concursos.....	29
Estrutura da peça	30
Observações Práticas.....	33
INQUÉRITO PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE	36
Observações gerais.....	36
Fundamento legal.....	37
Cabimento	37
Procedimento para instauração do inquérito	40

Requisitos	41
Prazo – Decadência	41
Denominação dos sujeitos	41
Competência para julgamento	41
Recurso cabível.....	42
Fundamentos jurídicos	42
Pedido x Requerimentos	43
Pedido.....	43
Requerimentos	43
Orientações para descobrir a peça.....	43
Orientações para a confecção da peça.....	44
Estrutura da peça	44
Observações Práticas.....	48

Título II

RESPOSTA DO RÉU

Capítulo I

DEFESA TRABALHISTA - RESPOSTAS DO RÉU

As repostas do réu no processo do trabalho diante do Código de Processo Civil de 2015 e das alterações trazidas pela Reforma Trabalhista - Lei 13.467/2017	51
Fundamento legal: do contraditório e da ampla defesa	52
A defesa no Processo do Trabalho	53
Momento de oferecimento da defesa no processo do trabalho	56
DA CONTESTAÇÃO	57
Momento para apresentação da contestação	57
Revelia e confissão ficta	58
Necessidade de alegação de toda a matéria de defesa e impugnação específica dos fatos na contestação.....	62
Desistência de ação após o oferecimento da contestação	63
Questões processuais e de mérito	63
Preliminares do artigo 337 do CPC.....	68
Artigo 337, inciso I do novo CPC – inexistência ou nulidade da citação.....	68
“Incompetência absoluta e relativa”, preliminar disposta no artigo 337, II do novo CPC	69
Preliminar disposta no inciso III do artigo 337 do novo CPC - “Incorreção do valor da causa”	71
A inépcia da petição inicial disposta no inciso IV do art. 337 do novo CPC.....	71
A figura da preempção disciplinada no inciso V do art. 337 do novo CPC	72
Art. 337, inciso VI do novo CPC - Litispendência	72

Art. 337, inciso VII do novo CPC - Coisa julgada	73
Art. 337, inciso VIII - Causa de modificação da competência – conexão.....	73
Art. 337, inciso IX - Incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização	74
Art. 337, inciso X- Convenção de arbitragem	74
Art. 337, inciso XI - “Ausência de legitimidade ou de interesse processual”	75
Art. 337, inciso XII - Falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar	76
Art. 337, inciso XIII – Indevida concessão do benefício da gratuidade da justiça	77
Estrutura da peça	78
MATÉRIAS DE MÉRITO DA CONTESTAÇÃO	80
Da prescrição	80
Conclusão e Requerimentos.....	81
DAS EXCEÇÕES	82
Fundamento legal.....	82
Das “Exceções” de Incompetência em Razão da Matéria e do Lugar	83
Da Exceção de Incompetência Territorial.....	86
Previsão Legal	87
Procedimento	87
Estrutura da peça	88
Observações Práticas.....	91
Das Exceções de Suspeição e de Impedimento	93
Procedimento	95
Denominação dos sujeitos.....	97
Princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias	98
Juiz de direito investido de jurisdição trabalhista	98
Estrutura da peça	98
Observações Práticas.....	101
RECONVENÇÃO E SUBSIDIARIEDADE DO CPC.....	103
Requisitos	103
Forma de apresentação da reconvenção	103
Apresentação de resposta à reconvenção.....	104
Desistência da ação e reconvenção.....	104
Reconvenção e substituição processual	105
HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA E RECONVENÇÃO	105
Denominação dos sujeitos.....	105
Estrutura da peça	105
Observações Práticas.....	108

Título III

RECURSOS

Capítulo I

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Fundamento legal.....	112
Cabimento	112
Efeito modificativo	114
Prazo.....	114
Multa	115
Estrutura da peça	115
Observações Práticas.....	117

Capítulo II

RECURSO ORDINÁRIO

Fundamento legal/Prazo	120
Cabimento	120
Decisões interlocutórias	120
Decisões em ação rescisória.....	122
Decisões em mandado de segurança	122
Reexame necessário.....	122
Reclamações de rito sumaríssimo	123
Dissídios de Alçada	123
Efeito devolutivo e suspensivo	124
Procedimento	125
Estrutura da peça – interposição.....	130
Estrutura da peça – razões	133
Observações Práticas.....	134

Capítulo III

RECURSO DE REVISTA

Fundamento Legal.....	137
Prazo.....	137
Efeitos.....	137
Cabimento	137
Requisitos	138
Procedimento	141
Estrutura da peça - interposição	145
Estrutura da peça - razões.....	147

Observações Práticas.....	148
---------------------------	-----

Capítulo IV
RECURSO DE EMBARGOS

Fundamento legal.....	153
Espécies.....	153
Cabimento dos Embargos Infringentes.....	154
Cabimento dos Embargos de Divergência.....	154
Exceções.....	155
Procedimento.....	156
Admissibilidade.....	157
Estrutura da peça - interposição.....	158
Estrutura da peça - razões.....	160
Observações Práticas.....	161

Capítulo V
RECURSO EXTRAORDINÁRIO
EM MATÉRIA TRABALHISTA

Fundamento legal.....	163
Cabimento.....	164
Prazo.....	164
Requisitos genéricos.....	164
Requisitos específicos.....	165
Repercussão geral.....	165
Procedimento.....	168
Estrutura da peça – interposição.....	169
Estrutura da peça – razões.....	171
Observações Práticas.....	172

Capítulo VI
AGRAVO DE INSTRUMENTO

Fundamento legal.....	176
Prazo.....	176
Competência.....	176
Finalidade.....	176
Juízo de retratação.....	176
Razões e Contrarrazões.....	177

Traslado de peças e processamento	177
Cabimento	178
Procedimento	178
Preparo	179
Estrutura da peça – interposição.....	179
Estrutura da peça – razões	181
Observações Práticas.....	182

Capítulo VII

AGRAVO DE PETIÇÃO

Cabimento	188
Delimitação das matérias	188
Fundamento legal.....	188
Efeitos.....	188
Hipóteses.....	188
Traslado de peças.....	189
Custas	189
Prazo.....	189
Procedimento	189
Efeito Devolutivo	190
Estrutura da peça – interposição.....	190
Estrutura da peça – razões	192
Observações Práticas.....	193

Capítulo VIII

AGRAVO REGIMENTAL

Fundamento legal.....	196
Similitude.....	196
Cabimento	196
Prazo.....	197
Competência para julgamento (destinatário – a quem se dirige?)	197
Processamento	197
Procedimento	197
Estrutura da peça – interposição.....	198
Estrutura da peça – razões	200
Observações Práticas.....	200

Título IV
PROCESSO DE EXECUÇÃO
Capítulo I
EXECUÇÃO

Fundamento legal	205
Cabimento	206
Legitimidade	206
Competência.....	206
Objeto da Execução	207
Títulos Executivos Judiciais e Extrajudiciais	207
Espécies de execução	208
Execução provisória.....	208
Execução definitiva	209
Liquidação de Sentença	209
IMPUGNAÇÃO À SENTENÇA DE LIQUIDAÇÃO	209
Requisitos	210
Denominação dos sujeitos.....	211
Competência para julgamento	211
Recurso cabível.....	211
Fatos	212
Fundamentos jurídicos	212
Pedido.....	212
Requerimentos	212
Orientações para descobrir a peça	213
Orientações para a confecção da peça.....	213
Estrutura da peça	213
Modelos de Peças.....	216
EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE	219
INÍCIO DA EXECUÇÃO	219
Penhora	221
Penhora Online.....	221
Bens Impenhoráveis	221
EMBARGOS À EXECUÇÃO	223
Requisitos	224
Denominação dos sujeitos.....	224
Competência para julgamento	224
Recurso cabível.....	224

Fatos	225
Fundamentos jurídicos	225
Pedido.....	225
Requerimentos	225
Orientações para descobrir a peça.....	225
Orientações para a confecção da peça.....	226
Estrutura da peça	226
Modelo de Peça.....	229
Estrutura da peça	234
Modelos de Peças.....	237
TRÂMITES FINAIS DA EXECUÇÃO.....	240
Alienação de bens	240
Hasta pública	240
EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO	241
PROVAS PRÁTICAS DO EXAME DE ORDEM	242
ANEXO - Resolução nº 203, de 15 de março de 2016	266
RESUMOS	274

Título I

PETIÇÃO INICIAL

Capítulo I

PETIÇÃO INICIAL EM DISSÍDIO INDIVIDUAL

A boa compreensão sobre a redação da petição inicial em ação trabalhista é, sem dúvida, de suma relevância para o operador do direito. É a petição inicial que dará os fundamentais contornos à lide e a aquisição das habilidades para desenvolvê-la trará agilidade e facilidade na redação de outras peças trabalhistas.



Não se deve deixar de observar que muitas ações, como o *habeas corpus*, o *habeas data*, a ação de consignação em pagamento, o mandado de segurança, cautelares e todas as demais ações especiais, necessitam, para sua proposição, de uma petição inaugural, que nada mais é do que uma petição inicial. Desta feita, a construção destas ações deve observar, de modo geral, as orientações sobre petição inicial, apenas cuidando-se das particularidades que envolvem cada uma dessas espécies peculiares de ações.

Estas observações vêm demonstrar o motivo pelo qual a petição inicial tem sido a peça mais requisitada em exames de ordem e concursos.

Neste capítulo, será abordada a petição inicial de ação trabalhista em dissídio individual, como também de petições iniciais de ações trabalhistas especiais, tais como o inquérito para apuração de falta grave.

Fundamento legal

Artigo 840 da CLT.

Cabimento

É pertinente a utilização da petição inicial sempre que se pretender instaurar ação trabalhista, tanto pelo rito sumário, sumaríssimo ou ordinário. É a petição inicial, como o próprio nome indica, a peça inaugural do processo trabalhista.

Espécies de ritos do processo do trabalho

Os dissídios individuais trabalhistas podem ser processados por três ritos: o sumário, o sumaríssimo e o ordinário.

Rito sumário

É o rito aplicado para as causas de até dois salários mínimos e está previsto na Lei nº 5.584/70. Com o advento da Lei nº 9.957/2000, que instituiu o procedimento sumaríssimo e trouxe à CLT o artigo 852-A, estabelecendo que os dissídios individuais cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficarão submetidos ao rito sumaríssimo, iniciou a celeuma sobre a revogação tácita do procedimento sumário. Defendendo a revogação do rito sumário pela Lei nº 9.957/2000, encontram-se vozes como as de José Augusto Rodrigues Pinto¹ e Rodolfo Pamplona Filho². Sustentando pela manutenção do rito sumário, linha à qual se está filiado: Carlos Henrique Bezerra Leite³, Estevão Mallet⁴, Mauro Schiavi⁵, Cleber Lúcio de Almeida⁶, Wagner Giglio⁷ e Sérgio Pinto Martins⁸.

Defende-se que a diferenciação entre os ritos vai muito além da mera divisão pelo valor da causa, a distinção se espraia, fundamentalmente pelo aspecto recursal, e assim, o rito sumário possui características próprias que justificam sua existência. Na prática a Justiça do Trabalho continua admitindo o ajuizamento de ações pelo rito sumário, embora sua utilização seja cada vez mais rara.

Rito sumaríssimo

Aplicável às causas de até quarenta salários mínimos, excluindo as ações em que participam a administração pública direta, autárquica e fundacional. Admite o duplo grau de jurisdição, mas o leque recursal é mais restrito se comparado com o rito

1 PINTO, José Augusto Rodrigues. Manual da conciliação preventiva e do procedimento sumaríssimo. São Paulo: LTr, 2001. p. 161.

2 PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Manual da conciliação preventiva e do procedimento sumaríssimo. São Paulo: LTr, 2001. p. 161

3 LEITE, Carlos Henrique Bezerra Leite. Curso de direito processual do trabalho. 5.ed. São Paulo: LTr, 2007. p. 325.

4 MALLET, Estevão. Procedimento sumaríssimo trabalhista. São Paulo: LTr, 2002. pp. 21-22.

5 SCHIAVI, Mauro. Manual de direito processual do trabalho. São Paulo: LTr, 2008. p. 568.

6 ALMEIDA, Cleber Lúcio de. Direito Processual do Trabalho. 2.ed. Belo Horizonte, Del Rey, 2008. pp. 438-439

7 GIGLIO, Wagner. Direito processual do trabalho. 16.ed. São Paulo: Saraiva, 2007. pp. 356-357.

8 MARTINS, Sérgio Pinto. Comissões de conciliação prévia e procedimento sumaríssimo. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2001. pp. 105-106.